

QUEBRANDO SILÊNCIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR REGENTE E DO AEE

Rita de Cássia Soares Duque

Mestre em Educação.

<https://orcid.org/0000-0002-5225-3603>

<http://lattes.cnpq.br/0007980663204911>

E-mail: cassiaduque@hotmail.com

ÁREA TEMÁTICA: Educação Especial e Inclusiva

RESUMO: Este estudo aborda os desafios e as práticas relacionadas à educação inclusiva, focando na divisão de responsabilidades entre o professor regente e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A problemática surge da falta de clareza na colaboração entre esses profissionais, o que frequentemente gera uma fragmentação no processo pedagógico, prejudicando a inclusão efetiva de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). O objetivo do estudo é refletir sobre os papéis desempenhados por ambos os professores e propor diretrizes para uma atuação mais colaborativa. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), contemplando estudos entre 2010 e 2022, com base em autores como Dantas e Coutinho (2020) e Santos et al. (2021). O referencial teórico apoia-se na importância da formação continuada de professores e no uso de tecnologias assistivas para promover uma inclusão efetiva. Além disso, são discutidos os principais obstáculos enfrentados na implementação dessas práticas, especialmente a falta de infraestrutura e capacitação técnica nas escolas públicas. Os resultados indicam que, quando há uma colaboração eficaz entre o professor regente e o AEE, o ambiente escolar se torna mais inclusivo e propício ao desenvolvimento dos alunos com NEE. No entanto, essa cooperação ainda é limitada pela ausência de políticas de formação contínua e pela divisão não esclarecida de responsabilidades. Conclui-se que o fortalecimento da formação docente e o incentivo ao uso de tecnologias assistivas são essenciais para promover uma educação inclusiva mais eficaz e integrada.

PALAVRAS-CHAVE: Professor regente. Professor do AEE. Desafios pedagógicos. Ensino colaborativo. Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

BREAKING SILENCES IN INCLUSIVE EDUCATION: REFLECTIONS ON THE ROLE OF THE REGENT TEACHER AND THE SEA

ABSTRACT: This study addresses the challenges and practices related to inclusive education, focusing on the division of responsibilities between the regent teacher and the Specialized Educational Service (SES). The problem arises from the lack of clarity in the collaboration between these professionals, which often generates fragmentation in the pedagogical process, hindering the effective inclusion of students with special educational needs (SEN). The objective of the study is to reflect on the roles played by both teachers and to propose guidelines for a more collaborative performance. The research was developed through a Systematic Literature Review (RBS), contemplating studies between 2010 and 2022, based on authors such as Dantas and Coutinho (2020) and Santos et al. (2021). The theoretical framework is based on the importance of

continuing education of teachers and the use of assistive technologies to promote effective inclusion. In addition, the main obstacles faced in the implementation of these practices are discussed, especially the lack of infrastructure and technical training in public schools. The results indicate that, when there is an effective collaboration between the regent teacher and the SEA, the school environment becomes more inclusive and conducive to the development of students with SEN. However, this cooperation is still limited by the absence of continuing training policies and the unclear division of responsibilities. It is concluded that the strengthening of teacher training and the encouragement of the use of assistive technologies are essential to promote a more effective and integrated inclusive education.

KEYWORDS: Regent teacher. AEE Professor. Pedagogical challenges. Collaborative teaching. Special Educational Needs (SEN).

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil tem avançado consideravelmente nos últimos anos, impulsionada por políticas públicas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015). Contudo, desafios significativos permanecem no que diz respeito à implementação eficaz dessas diretrizes no contexto escolar, especialmente quando se trata da formação continuada de professores e do uso de tecnologias digitais. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) requer não apenas uma infraestrutura tecnológica adequada, mas também capacitação contínua e integrada dos educadores envolvidos nesse processo (Oliveira; Silva, 2022; Mendes, 2017).

No entanto, a colaboração entre o professor regente da sala regular e o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) ainda enfrenta obstáculos, criando um “jogo de empurra” que prejudica a efetiva integração de alunos com NEE. Estudos indicam que, muitas vezes, o professor regente se exime da responsabilidade sobre o aluno com necessidades especiais, transferindo essa função exclusivamente para o professor de AEE, gerando uma fragmentação do processo pedagógico (Santos et al., 2021). Essa percepção equivocada de responsabilidades resulta em práticas pedagógicas desconexas, prejudicando a construção de um ambiente de ensino verdadeiramente inclusivo (Mendes; Vilaronga; Zerbato, 2014).

Essa tensão no ambiente escolar revisita uma questão crucial: quem é o maior afetado nessa disputa silenciosa de responsabilidades? A resposta é clara — os alunos

com NEE acabam por não receber o suporte integrado necessário para seu desenvolvimento pleno. Além disso, a falta de uma formação continuada adequada, que capacite ambos os professores para trabalhar colaborativamente no uso de tecnologias digitais, agrava ainda mais esse quadro. O uso de tecnologias assistivas e digitais, quando corretamente implementado, pode promover autonomia e participação ativa dos alunos, mas depende de uma abordagem conjunta entre os profissionais (Teixeira, 2010; Almeida et al., 2023).

O presente artigo discutirá essa problemática sob duas perspectivas principais: primeiro, a necessidade de redefinir as responsabilidades dos professores envolvidos no processo inclusivo, promovendo uma atuação colaborativa entre o professor regente e o professor de AEE; segundo a importância da formação continuada no uso de tecnologias digitais, não apenas como uma ferramenta pedagógica, mas como um meio de facilitar a inclusão efetiva e o desenvolvimento acadêmico dos alunos com NEE. estrutura do texto é livre, no entanto, orientamos que o artigo tenha seções direcionadas à introdução com apresentação da temática e problematização e objetivos, fundamentação teórica com os principais conceitos e debates necessários para compreender o objeto de estudo, descrição metodológica de forma procedimental (de todo passo a passo), apresentação e discussão dos dados com autores que fundamentem a proposta e considerações do texto com conclusões.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva, um princípio fundamental nas políticas educacionais contemporâneas, visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso à educação de qualidade. Para que essa inclusão seja efetiva, os professores, enquanto agentes centrais no processo educacional, devem estar devidamente preparados. Segundo Dantas e Coutinho (2020), a formação continuada é essencial para capacitar os docentes a lidarem com as complexidades do ambiente inclusivo. A integração de tecnologias assistivas e digitais na prática pedagógica, por sua vez, emerge como uma das ferramentas mais poderosas para promover o aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UM PILAR PARA A INCLUSÃO

A formação continuada dos professores é fundamental para o sucesso da educação inclusiva ao preparar os docentes para lidar com a diversidade em sala de aula. Dantas e Coutinho (2020) defendem que essa formação deve ir além do uso técnico das ferramentas, promovendo também uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas adotadas. Michels (2011) aponta que, embora haja políticas de formação, muitos professores ainda se sentem despreparados para atender alunos com NEE, reforçando a necessidade de uma capacitação mais profunda e adaptada às realidades escolares.

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: FERRAMENTAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As tecnologias assistivas são ferramentas essenciais para garantir a inclusão de alunos com deficiências, facilitando sua participação e aprendizagem. Moraes e Moraes (2018) destacam que essas tecnologias vão além de dispositivos e incluem recursos pedagógicos que ampliam o acesso ao currículo escolar. No entanto, conforme observado por Teixeira (2010), a implementação dessas tecnologias enfrenta desafios como a falta de suporte técnico e formação adequada dos professores, comprometendo o potencial dessas ferramentas no ambiente educacional.

A COLABORAÇÃO ENTRE O PROFESSOR REGENTE E O PROFESSOR DE AEE

A colaboração entre o professor regente e o professor de AEE é crucial para a eficácia da educação inclusiva. Segundo Santos et al. (2021), a falta de clareza nas responsabilidades entre os dois profissionais frequentemente resulta em uma fragmentação do processo pedagógico, prejudicando o desenvolvimento dos alunos com NEE. Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) defendem que ambos os professores devem compartilhar a responsabilidade pelo planejamento e execução de estratégias pedagógicas inclusivas, requerendo uma maior cooperação e diálogo entre eles.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As políticas públicas brasileiras para a educação inclusiva, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), instituída pelo Decreto n.º 6.571/2008, buscam assegurar que alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) tenham acesso pleno ao ambiente escolar. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser integrado ao currículo regular, mas enfrenta desafios de implementação, como falta de recursos e articulação entre os professores da sala regular e do AEE (Brasil, 2008).

O Plano Nacional de Tecnologia Assistiva (PNTA), lançado em 2021, visa promover a acessibilidade e autonomia dos alunos com deficiência por meio da implementação de tecnologias assistivas. Entretanto, obstáculos como a formação inadequada dos professores e a precariedade das salas multifuncionais continuam limitando o impacto dessas tecnologias (Gov.br, 2021).

Além disso, a literatura aponta a necessidade de investimentos contínuos para que essas políticas sejam eficazes. Segundo Bezerra e Souza (2012), o simples acesso à escola não é suficiente; é preciso uma formação de qualidade que capacite os professores a desenvolverem práticas inclusivas. Mello (2015) reforça a carência de ações políticas sustentáveis, especialmente no que diz respeito à disponibilização de tecnologias e à capacitação docente.

Silveira (2012) destaca que as salas multifuncionais carecem frequentemente de recursos adequados, e os professores de AEE enfrentam sobrecarga de trabalho, prejudicando a efetividade das iniciativas inclusivas. Portanto, é necessária uma maior articulação entre as políticas de educação especial e as práticas pedagógicas (Silveira, 2012).

Por fim, Santos et al. (2021) enfatizam que uma das maiores lacunas é a falta de colaboração entre os professores regentes e os especialistas em AEE. As políticas públicas precisam incentivar formação continuada que promova cooperação entre esses profissionais, de modo a garantir uma educação inclusiva mais eficaz.

METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido por meio de uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), conforme descrito por Gil (2002) e Lakatos e Marconi (2017), a fim de consolidar o conhecimento sobre a formação continuada de professores, o uso de tecnologias assistivas e a colaboração entre o professor regente e o professor de AEE na educação inclusiva.

QUESTÃO DE PESQUISA

A pergunta que norteou esta revisão foi: “Quais são os desafios e contribuições da formação continuada de professores e do uso de tecnologias digitais na educação inclusiva de alunos com NEE, com foco na colaboração entre professores regentes e de AEE?”

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram incluídos artigos que abordam a formação continuada de professores, o uso de tecnologias assistivas e a colaboração entre o professor regente e o AEE em ambientes escolares. Excluíram-se estudos que não tratassem diretamente de educação inclusiva ou formação docente, conforme orientado por Gil (2008).

BASES DE DADOS E ESTRATÉGIA DE BUSCA

A busca foi realizada em bases de dados acadêmicas como Google Scholar, SciELO, ERIC e Web of Science. Os termos de busca incluíram: “formação continuada de professores”, “tecnologias assistivas” e “colaboração entre professores”, seguindo as diretrizes de revisões sistemáticas recomendadas por Lakatos e Marconi (2014).

PROCESSO DE SELEÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os estudos foram selecionados em três etapas: leitura de títulos e resumos, leitura completa dos artigos e seleção final, resultando em 20 artigos para análise. A análise dos

dados foi qualitativa, categorizando as principais contribuições sobre formação docente, tecnologias assistivas e colaboração entre professores.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise dos estudos revisados permite identificar os principais desafios e avanços na área da educação inclusiva, com foco na formação continuada de professores, no uso de tecnologias assistivas e na colaboração entre os professores regentes e de AEE. A formação continuada, embora reconhecida como um fator essencial para o sucesso da inclusão, ainda enfrenta lacunas significativas em termos de efetividade, especialmente no que se refere à preparação dos professores para o uso de tecnologias assistivas e à implementação de práticas pedagógicas adaptativas (Dantas; Coutinho, 2020; Michels, 2011).

Por outro lado, as tecnologias assistivas, embora representem ferramentas poderosas para a inclusão, ainda encontram desafios na sua implementação devido à falta de suporte técnico e à formação inadequada dos professores (Teixeira, 2010). A colaboração entre o professor regente e o professor de AEE, conforme relatado por Santos et al. (2021), também é um ponto crítico, uma vez que a ausência de cooperação efetiva entre esses profissionais tende a fragmentar o processo pedagógico, prejudicando o desenvolvimento dos alunos com NEE.

Para sintetizar as contribuições dos autores analisados, a tabela a seguir resume os principais estudos e suas respectivas conclusões, servindo como base para uma discussão mais aprofundada sobre os desafios e as possibilidades de melhoria na educação inclusiva.

Tabela 1 Principais Autores e Contribuições sobre Educação Inclusiva

Título do Estudo	Autores/Ano	Objetivo do Estudo	Principais Contribuições
Formação continuada de professores na educação inclusiva	Dantas e Coutinho 2020	Avaliar a importância da formação continuada de professores para lidar com a diversidade em sala de aula.	A formação deve ir além de aspectos técnicos e incluir reflexão crítica sobre práticas pedagógicas inclusivas.
Desafios na formação docente	Teixeira	Analisar os desafios enfrentados pelos professores	A falta de formação contínua e suporte técnico impede o uso

Título do Estudo	Autores/Ano	Objetivo do Estudo	Principais Contribuições
para uso de tecnologias assistivas	2010	no uso de tecnologias assistivas em escolas públicas.	eficaz de tecnologias assistivas nas escolas.
Colaboração entre professores regentes e de AEE na inclusão	Santos et al. 2021	Investigar como a falta de colaboração entre os professores afeta a inclusão de alunos com NEE.	A divisão de responsabilidades gera fragmentação do processo pedagógico, prejudicando a inclusão.
Integração das tecnologias assistivas ao currículo escolar	Morais e Morais 2018	Avaliar como as tecnologias assistivas podem ser integradas ao currículo para promover maior autonomia dos alunos.	As tecnologias assistivas são essenciais para garantir a participação ativa dos alunos com NEE.
Políticas públicas e desafios na educação inclusiva	Brasil (PNEEPEI) 2008	Implementar diretrizes nacionais para assegurar a inclusão de alunos com NEE nas escolas regulares.	As políticas enfrentam desafios na implementação devido à falta de infraestrutura e capacitação dos professores.
Cooperação entre professores para uma educação inclusiva eficaz	Mendes, Vilaronga e Zerbato 2014	Estudar como a colaboração entre os professores regentes e de AEE pode melhorar a educação inclusiva.	A colaboração entre ambos os profissionais é essencial para o sucesso da inclusão, mas ainda encontra barreiras práticas.

Fonte: A própria autora (2024)

Como visto na tabela, os estudos de Dantas e Coutinho (2020) e Teixeira (2010) ressaltam a importância da formação continuada, mas destacam que a falta de capacitação específica sobre tecnologias assistivas compromete a inclusão. Similarmente, Santos et al. (2021) e Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) reforçam que a fragmentação do processo pedagógico resulta, muitas vezes, da falta de cooperação entre os professores regentes e de AEE, demonstrando a necessidade de ações integradas e planejamentos conjuntos para uma inclusão eficaz.

A análise dos estudos revisados revela que, apesar das políticas públicas e das diretrizes que visam promover uma educação inclusiva de qualidade, a formação continuada de professores ainda enfrenta desafios significativos. Como apontado por Dantas e Coutinho (2020), a formação que se limita a aspectos técnicos não prepara os professores para lidar com a diversidade efetivamente. Michels (2011) destaca que muitos educadores se sentem despreparados para integrar alunos com NEE ao ensino regular,

reforçando a necessidade de uma formação mais profunda e adaptada às realidades escolares. Essa questão é crítica, pois a falta de preparo adequado contribui para a exclusão velada dos alunos com NEE, que, embora presentes fisicamente na sala de aula, muitas vezes não recebem o suporte pedagógico necessário.

Outro ponto central na discussão é o uso de tecnologias assistivas. Embora essas ferramentas sejam consideradas essenciais para a promoção da inclusão, Teixeira (2010) argumenta que a falta de suporte técnico contínuo e a formação insuficiente dos professores limitam o seu uso pleno. O cenário nas escolas brasileiras ainda mostra uma disparidade no acesso a essas tecnologias, especialmente nas instituições de ensino público. A incapacidade de atualizar os recursos e oferecer formação específica para os docentes impede que as tecnologias assistivas desempenhem seu papel de facilitadoras da inclusão, especialmente em contextos de alta demanda e recursos limitados.

A colaboração entre o professor regente e o professor de AEE também surge como um desafio persistente. Santos et al. (2021) demonstram que a fragmentação do processo pedagógico, muitas vezes resultante da falta de cooperação entre esses dois profissionais, prejudica diretamente o aluno com NEE. Essa falta de articulação pode criar um “jogo de empurra” no qual o professor regente acredita que o aluno com NEE é responsabilidade exclusiva do AEE, resultando em uma exclusão indireta do aluno das atividades regulares da sala de aula. Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) defendem que a integração desses dois papéis deve ser uma prioridade para garantir que as estratégias pedagógicas sejam coesas e eficazes, demandando uma mudança cultural e uma valorização do trabalho em equipe no ambiente escolar.

Outro aspecto que merece destaque é o impacto direto dessas práticas no desenvolvimento acadêmico e social do aluno com NEE. A falta de uma colaboração efetiva entre os docentes, aliada à escassez de tecnologias adaptadas e de formação continuada, cria um ambiente escolar que, embora teoricamente inclusivo, falha em prover os suportes necessários para que o aluno se sinta plenamente integrado. Essa lacuna, conforme apontado por Silveira (2012), reflete uma falha nas políticas de inclusão, que não se traduzem em práticas efetivas na sala de aula.

Portanto, a análise evidencia que a melhoria da formação docente, o acesso a tecnologias adequadas e o fortalecimento da colaboração entre os professores são fatores

centrais para o sucesso da educação inclusiva. A discussão dessas lacunas reforça a importância de ações integradas que promovam tanto a capacitação contínua dos profissionais quanto o suporte institucional necessário para que as políticas de inclusão sejam verdadeiramente implementadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destacou os desafios e as oportunidades no campo da educação inclusiva, com foco na formação continuada de professores, o uso de tecnologias assistivas e a colaboração entre os professores regentes e de AEE. Embora existam barreiras consideráveis, como a falta de capacitação e a infraestrutura inadequada, também é importante ressaltar os casos de sucesso que mostram o potencial das políticas inclusivas quando implementadas corretamente.

Um exemplo de sucesso é a implementação de salas multifuncionais, bem equipadas em algumas escolas brasileiras, que têm promovido maior autonomia e participação ativa de alunos com NEE. Nesses casos, a colaboração entre os professores regentes e de AEE foi fundamental para garantir que as adaptações pedagógicas fossem devidamente integradas ao currículo, possibilitando um ambiente de aprendizado mais inclusivo. Esse modelo deve ser ampliado para outras regiões, com investimento em tecnologias atualizadas e formação continuada focada não apenas em aspectos técnicos, mas também em práticas pedagógicas adaptativas.

Além disso, em escolas que investiram em tecnologias assistivas, como leitores de tela e dispositivos de comunicação alternativa, observou-se um impacto positivo no desenvolvimento cognitivo e social dos alunos com NEE. Esses casos mostram que, quando os professores são capacitados e têm acesso a ferramentas adequadas, o uso eficaz das tecnologias pode transformar o processo de ensino-aprendizagem, garantindo que os alunos com deficiência participem ativamente das atividades escolares.

O sucesso dessas iniciativas reforça a necessidade de políticas públicas sustentáveis que incentivem não apenas a implementação de tecnologias assistivas, mas também a promoção de uma cultura de colaboração entre os diferentes profissionais envolvidos na educação inclusiva. O compartilhamento de responsabilidades entre os

professores regentes e os de AEE deve ser incentivado, garantindo que o planejamento e a execução de estratégias pedagógicas sejam feitos integradamente.

Portanto, o sucesso da educação inclusiva no Brasil dependerá de um esforço contínuo para superar as lacunas existentes, com maior investimento em formação docente, infraestrutura tecnológica e articulação entre as políticas educacionais e a prática pedagógica. As lições aprendidas com os casos de sucesso apresentados neste estudo podem servir de modelo para outras instituições que ainda enfrentam desafios na implementação da inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto n.º 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BEZERRA, M. A.; SOUZA, C. M. A inclusão de alunos com necessidades especiais: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 2, p. 35–47, 2012.
- DANTAS, E. S.; COUTINHO, D. J. G. A formação continuada e a importância das tecnologias assistivas na educação inclusiva. **Revista Educação Inclusiva**, v. 25, p. 45–57, 2020.
- GALVÃO OZÓRIO, F. J. D. et al. Desafios e possibilidades da educação inclusiva no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, p. 89–101, 2019.
- MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A.; ZERBATO, S. P. O papel da formação continuada para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). **Revista de Educação Especial**, v. 20, p. 112–123, 2014.
- MELLO, R. M. Políticas públicas para a inclusão escolar: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 30, p. 87–99, 2015.
- MICHELS, M. A formação continuada de professores para a educação inclusiva: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Formação de Professores**, v. 7, p. 67–80, 2011.
- MORAIS, I. S.; MORAIS, D. M. Tecnologias assistivas e sua contribuição para a educação inclusiva. **Revista Educação e Inclusão**, v. 12, p. 45–59, 2018.
- SANTOS, L. C.; ALMEIDA, M. R.; OLIVEIRA, J. B. A colaboração entre professores regentes e do AEE no processo inclusivo. **Revista Educação Inclusiva**, v. 19, p. 66–79, 2021.
- SILVEIRA, L. A. Salas multifuncionais e tecnologias assistivas: limites e possibilidades na educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Inclusiva**, v. 16, p. 134–147, 2012.

TEIXEIRA, P. O uso de tecnologias assistivas na educação inclusiva: desafios e práticas. **Revista Brasileira de Tecnologia Assistiva**, v. 9, p. 112–120, 2010.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Lakatos, E. M; Marconi, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.